ARTUR XEXÉO
A receita do colunista para mexer na trama e salvar 'Laços de família'
SEGUNDO CADERNO • PÁGINA 2

ELIO GASPARI
Alckmin terá de enfrentar disputa judicial para ser candidato em 2002
O PAÍS • PÁGINA 12

FERNANDO CALAZANS
Ameaça de Rivaldo não seria um gesto benéfico para a seleção?
ESPORTES • PÁGINA 49

MANHATTAN CONNECTIONS
Advogados viram as estrelas na disputa pela Presidência dos EUA
SEGUNDO CADERNO • PÁGINA 5

RICARDO BOECHAT
Pinacoteca da Cultura Inglesa do Rio é vendida por R$ 30 milhões
RIO • PÁGINAS 18 e 19

FERNANDO PEDREIRA
Empate em eleição pode significar que EUA já atingiram o equilíbrio
OPINIÃO • PÁGINA 7

JOELMIR BETING
Protecionismo comercial já foi vantagem. Hoje é prejuízo
ECONOMIA • PÁGINA 36

Governador tira família do Acre diante das ameaças de morte

• Ameaçado de morte, o governador do Acre, Jorge Viana (PT), retirou suas filhas de Rio Branco, só usa carro blindado e vive cercado de seguranças. Promotores que ajudaram a prender o bando do ex-deputado Hildebrando Pascoal também são ameaçados e vivem sob tensão. O presidente Fernando Henrique se encontra hoje com Viana para oferecer ajuda da PF. **Página 10**

Garotinho decide criar duas secretarias para o PMDB

• Fora do PDT, o governador Anthony Garotinho (sem partido) decidiu criar duas novas secretarias para acomodar o PMDB em seu Governo: Desenvolvimento Urbano e Defesa do Consumidor. O objetivo é formar uma base que inclui, além do PMDB, o PSB, o PV e o PCdoB para se contrapor ao prefeito eleito Cesar Maia (PTB) e aos brizolistas no estado. **Página 8**

ECONOMIA

Sumiço de arquivos teria feito bancos desistirem do Banespa

• O sumiço de arquivos sobre alguns negócios realizados pelo Banespa nas últimas duas décadas teria feito os bancos estrangeiros candidatos à privatização da instituição paulista desistirem de participar do leilão, segundo a revista "Época". O Citibank, o HSBC, o Bilbao Vizcaya e o BankBoston saíram da disputa, ficando apenas o espanhol Santander. **Página 31**

Salário-mínimo de R$ 180 tiraria 1,3 milhão da pobreza

• A fixação do salário-mínimo em R$ 180 permitiria que 1,3 milhão de brasileiros saíssem da linha de pobreza. Hoje são 55 milhões de pessoas que vivem nessa situação, com renda *per capita* familiar de R$ 76 por mês. O cálculo é do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas. Se o mínimo for para R$ 159, não haverá redução da pobreza no país. **Página 33**

CIÊNCIA E VIDA

Clone de boi em extinção deve nascer em uma semana

• Cientistas americanos acreditam que até o próximo fim de semana deve vir ao mundo o primeiro clone de um animal em extinção. O clone de gauro (boi selvagem indiano) Noé foi criado pela empresa de biotecnologia americana ACT, que acaba de anunciar um projeto para clonar cães de resgate e guias de cego. A ACT também vai clonar guepardos. **Página 41**

O MUNDO

EUA debatem reforma no sistema eleitoral

• A demora para a divulgação do resultado das eleições nos Estados Unidos está levando o Congresso americano a debater, pela primeira vez, uma ampla reforma no sistema eleitoral. Congressistas democratas e republicanos discutem propostas como a abolição do Colégio Eleitoral, uma mudança que ganha cada vez mais defensores. **Páginas 38 e 39**

que ninguém saiba.

A favor do sistema misto pesa o realismo. Ninguém faria campanha eleitoral no Brasil só com a verba que será destinada ao partido e repartida em hóstias aos candidatos. A não ser que adotássemos o sistema de voto em lista, no qual os partidos fazem a propaganda de seu time de candidatos. Mas na terra onde quem tem um mandato é rei, isso parece impossível.

A possibilidade de beber em duas fontes não cortará o mal, mas, no mínimo, dará oportunidade aos que hoje não têm acesso a nenhuma. Aos que não têm dinheiro nem que estabeleça os materiais que podem ser usados. Que crie ainda, em cada cidade ou região, um banco de fornecedores com tabela de preços cadastrada. Na prestação de contas, cada gasto terá que ser justificado com nota fiscal do fornecedor autorizado. Os adoradores da liberdade de comprar e vender vão chiar, mas só assim, diz o relator, a Justiça Eleitoral terá meios efetivos de avaliar as contas.

Hoje, os candidatos fingem mostrar as contas e os tribunais fingem acreditar.

É uma proposta. Como estão todos interessados, podem melhorá-la.

■■■■■■

Melhorar as maquininhas

• Agora que já tiramos casquinha no fiasco eleitoral americano e nos fartamos de louvar a urna eletrônica brasileira, convém prestar mais atenção nela, antes que chegue 2002. Se amanhã tivermos um contencioso eleitoral como o da Flórida, simplesmente não teremos como recontar votos. O sistema não permite. E não é verdade que não houve contestações. Mas quando houve, os tribunais negaram o recurso.

Registrou-se na eleição o candidato. É provável que isso decorra de erro ao votar. Em Araçoiaba da Serra (SP) a urna rejeitou votos em sete candidatos a vereador. Recorreu-se ao papel.

Um sistema que não permite a recontagem pode ser moderno, mas não é seguro. Uma sugestão elementar já foi apresentada ao TSE. Programar a urna para cuspir, tal como os caixas de banco eletrônico, um comprovante do voto em papel. O eleitor o deposita na urna tradicio-

Mínimo de R$ 180 tira 1,35 milhão da pobreza

Cada 10% de aumento no piso reduz em 1,21% a proporção dos que vivem com menos de R$ 76 mensais

Flávia Oliveira

• Um reajuste de 19%, que pode elevar o salário-mínimo nacional de R$ 151 para R$ 180, tiraria da pobreza 1.350 milhão de brasileiros que hoje sobrevivem com renda familiar *per capita* inferior a R$ 76 por mês. O cálculo inédito é do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ele, cada 10% de aumento no piso salarial reduz em 1,21% a proporção de pobres. Atualmente, o país tem 55 milhões de habitantes sem condições sequer de suprir suas necessidades mensais de alimentação.

Nas contas de Neri, que tomam por base os dados de 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de pobres no Brasil não se alteraria se o mínimo passar a R$ 159. Esse reajuste apenas manteria o poder de compra do piso.

— O mínimo figura no imaginário social como a grande política de combate à pobreza, mas não é a melhor alocação de recursos para esse fim. Entre aumentar o piso e investir mais em saúde e educação, ficaria com a segunda opção. Mas se tiver de escolher entre o mínimo e as emendas parlamentares, é melhor o piso — afirma o economista.

Elevação do piso aumentaria também a informalidade

Neri salienta que a pobreza cai sempre que o mínimo é reajustado. Os números entram nos contracheques e, de imediato, são captados nas estatísticas. Vem daí a tentação de usar o piso como meio de combate à pobreza. No entanto, está provado que o aumento do mínimo produz efeitos adversos, como elevação do desemprego e da informalidade. Ainda assim, o economista vê sinais de maturidade da sociedade no debate sobre o reajuste do piso este ano:

— A discussão simultânea à tramitação do Orçamento é um avanço substancial, que reflete o que ocorre na maioria dos países. Falta agora decidir sobre o melhor destino para os recursos tendo em mente o impacto sobre a pobreza.

Os dados da FGV também revelam que, ano após ano, a importância do salário-mínimo na economia brasileira vem diminuindo. Para se ter uma idéia, em 1996, 10% de aumento no piso salarial do país reduziam a pobreza em 1,85%. Em apenas três anos, o efeito tornou-se 34% menor.

O fenômeno é resultado da redução do número de trabalhadores que ganham o mínimo ou que têm o piso como indexador de seus rendimentos. Neri salienta que há quatro anos 4,437 milhões de brasileiros com emprego remunerado ganhavam um mínimo ou múltiplos do piso (de 0,5 a 25 salários). O número equivalia a 14,1% dos funcionários com e sem carteira assinada e dos servidores públicos.

Salários atrelados ao mínimo têm peso cada vez menor

No ano passado, apenas um em cada dez empregados remunerados do país (a conta exclui autônomos e empregadores) tinham renda atrelada ao mínimo. A proporção equivale a 3,172 milhões de brasileiros. Ou seja, mais de 1,265 milhão de trabalhadores deixaram de ter sua renda vinculada ao mínimo.

— O salário-mínimo perdeu força de modo geral. Mas o efeito foi particularmente mais intenso entre os que ganhavam múltiplos do piso — salienta Neri.

De fato, a proporção de trabalhadores que ganhavam exatamente um mínimo caiu de 8,3% para 7,1% entre 1996 e 99. Já os empregados que ganham seus múltiplos passaram de 5,8% em 96 para 2,9% no ano passado.

A influência do piso também varia nos diferentes estados brasileiros. Em São Paulo, apenas 3% dos empregados ganham o mínimo ou seu múltiplos. No Rio, a proporção é de 9% — 5% ganham exatamente um piso — também inferior aos 10% da média nacional. Já em alguns estados do Nordeste, o percentual passa de 20%. Segundo o estudo da FGV, um em cada quatro trabalhadores alagoanos têm renda atrelada ao mínimo; na Bahia, a proporção é de 22%.

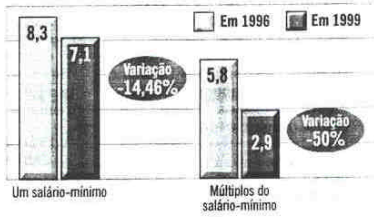
Por isso, Neri defende o aprofundamento do debate em torno dos pisos regionais. No início deste ano, o Governo federal liberou os governadores para fixarem mínimos estaduais, de acordo com o desempenho fiscal de cada unidade da federação. Apenas Maranhão e Bahia implementaram a medida. ■

Saiba mais sobre os efeitos do reajuste

Cada **10% de aumento** no piso reduz em **1,21%** a proporção de pobres no país. Se o mínimo passar a **R$ 180**, cerca de **1,350 milhão** de brasileiros sairá da pobreza, segundo estudo do Centro de Políticas Sociais da FGV

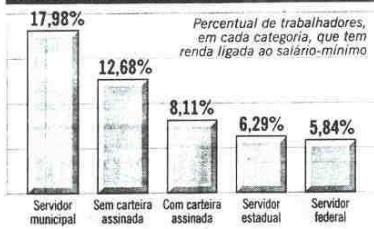
MÍNIMO PERDE IMPORTÂNCIA

Percentual de empregados remunerados que tem renda atrelada ao salário-mínimo no Brasil



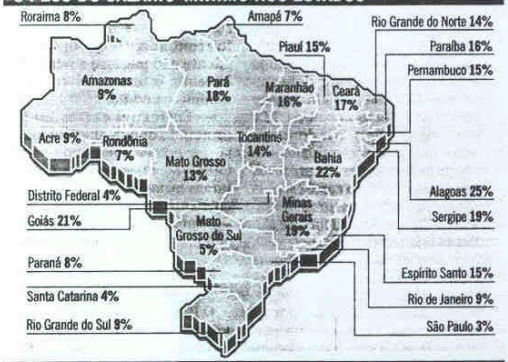
RENDA LIGADA AO PISO

Percentual de trabalhadores, em cada categoria, que tem renda ligada ao salário-mínimo



FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/99), com elaboração do Centro de Políticas Sociais da FGV

O PESO DO SALÁRIO-MÍNIMO NOS ESTADOS



MÍNIMO X POBREZA

O gráfico mostra a variação do salário-mínimo e da pobreza no Rio de Janeiro nos últimos anos. Cada vez que o piso foi reajustado, a proporção de pobres diminuiu na Região Metropolitana. Apenas em maio de 1995, a pobreza caiu 16%. Foi nesse mês que o mínimo passou de R$ 70 para cem reais.

Novo piso do Rio reforçaria o Natal

Mínimo de R$ 220 injetaria até R$ 35 milhões no estado em dezembro

• O aumento do salário-mínimo para R$ 220 reais a partir de 1º de dezembro — como propõe o governador Anthony Garotinho em projeto já encaminhado à Assembléia Legislativa do Rio — injetaria de R$ 30 milhões a R$ 35 milhões na economia fluminense no último mês deste ano. Embora pequeno se comparado aos R$ 2 bilhões que todos os trabalhadores do estado receberão em décimo terceiro salário este ano, o valor proporcionará um expressivo ganho de renda a cerca de 550 mil empregados com carteira assinada que hoje ganham exatamente R$ 151 por mês.

O projeto de lei que institui o piso de R$ 220 no Rio já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembléia. Nesta terça-feira, o texto será apreciado pelos deputados das comissões de Economia e Trabalho. No mesmo dia, será realizada audiência pública. Na quinta-feira, a matéria vai ao plenário.

Fecomércio propôs mínimo de R$ 180 apenas na capital

A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) enviou à Alerj um pedido de elevação do mínimo para R$ 180 na capital, que passaria a valer apenas a partir de 1º de janeiro de 2001. No interior do estado, continuaria valendo o piso nacional de R$ 151. Isso porque, o piso mais alto em todo o estado teria efeito negativo para as pequenas empresas do interior.

Dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) confirmam que o mínimo tem um peso muito maior no interior. Para se ter uma idéia, no Noroeste Fluminense a proporção de trabalhadores com renda atrelada ao piso é três vezes maior que nos municípios da Região Metropolitana. Enquanto lá 38% dos empregados remunerados ganham o mínimo ou seus múltiplos, no chamado Grande Rio a mesma parcela não passa de 12%.

— A disparidade observada no país se repete dentro do Rio. O impacto do piso regional não seria homogêneo em todo o estado — afirma o economista Marcelo Neri.

Na região Norte do estado, ainda segundo os dados da Fundação, 24% dos trabalhadores têm renda ligada ao mínimo. Ou seja, um em cada quatro empregados é remunerado com o piso ou um de seus múltiplos. A proporção cai para 20% no Sul Fluminense e 17% na região central.

CUT: aumento seria início da recuperação do mínimo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) promete agir em defesa do mínimo de R$ 220 no Rio. Em nota distribuída na última sexta-feira, a entidade afirmava que a iniciativa "pode representar o início de um processo de recuperação do mínimo". A CUT salienta, contudo, que é favorável ao piso único em todo o país. E reafirma seu compromisso de elevar o mínimo R$ 936,12, valor sugerido pelo Dieese. ■